



Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizador)

Extensão universitária e produção do conhecimento:

Experiências e aprendizados compartilhados



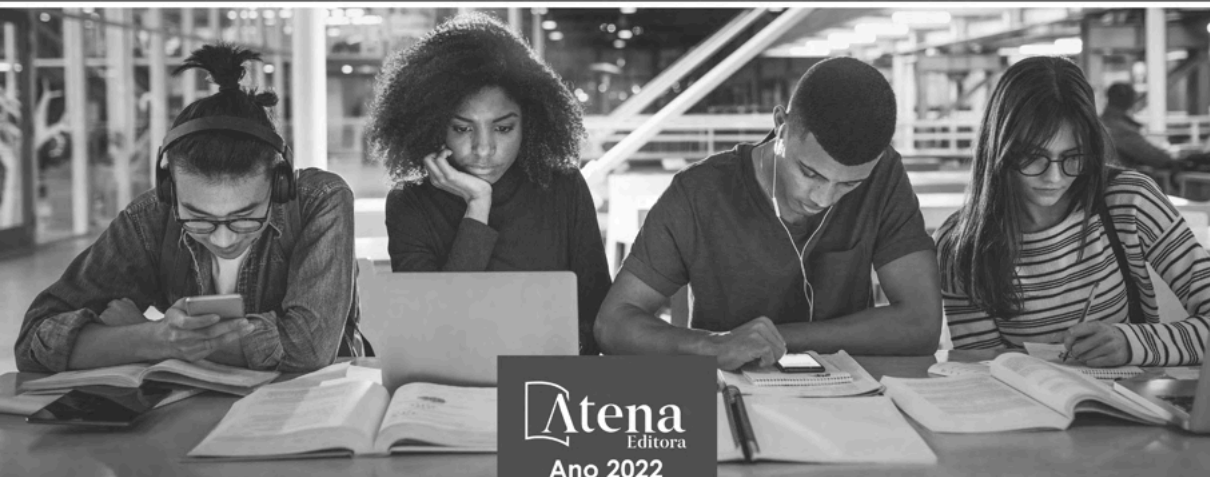
Atena
Editora
Ano 2022



Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti
(Organizador)

Extensão universitária e produção do conhecimento:

Experiências e aprendizados compartilhados



Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Extensão universitária e produção do conhecimento: experiências e aprendizados compartilhados

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E96 Extensão universitária e produção do conhecimento: experiências e aprendizados compartilhados / Organizadora Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0280-0

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.800222705>

1. Universidade. 2. Conhecimento. I. Cavalcanti, Soraya Araujo Uchoa (Organizadora). II. Título.

CDD 378

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A coletânea *Extensão Universitária e produção do conhecimento: Experiências e aprendizados compartilhados* é composta por 08 (oito) capítulos produtos de pesquisa, ensaio teórico, relato de experiências, dentre outros. No contexto do processo da curricularização da extensão, tais produções contribuem para a discussão dos desafios e possibilidades nesse cenário.

O primeiro capítulo apresenta os resultados da pesquisa desenvolvido pela Liga Acadêmica de Histologia e Embriologia da UFPE sobre a vida acadêmica durante a pandemia, a função das ligas acadêmicas e sua importância baseado no tripé ensino, pesquisa e extensão.

O segundo capítulo apresenta a experiência do projeto de extensão *Visitas ao Laboratório de Anatomia Humana da Unioeste - Campus de Cascavel* que possibilitou o desenvolvimento de atividades teórico-práticas em Anatomia Humana para alunos de instituições privadas de ensino.

O terceiro capítulo apresenta os resultados da pesquisa vinculadas às *atividades extensionistas nas Universidades estaduais do Paraná e os desdobramentos do Programa Universidade Sem Fronteiras*, como o fortalecimento do papel social da universidade na atual conjuntura.

O quarto capítulo apresenta os resultados da análise do instrumental *entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados na captura, construção e compartilhamento de dados* no contexto da extensão universitária.

O quinto capítulo apresenta os resultados da pesquisa acerca da qualidade do ensino virtual dos docentes na Universidad Nacional de Juliaca e seus rebatimentos no cotidiano do ensino superior na atual conjuntura.

O sexto capítulo discute os processos migratórios no contexto do mundo globalizado e as dificuldades enfrentadas no acesso às políticas públicas na no contexto da sociedade do capital.

O sétimo capítulo apresenta a experiência extensionista desenvolvida entre 2017 e 2019 *no contexto das exposições do Laboratório de Arqueologia e Paleontologia (LAP) da Universidade do Estado da Bahia*.

E finalmente, o oitavo capítulo que discute o uso de cosméticos contendo cafeína com o objetivo de minimizar a presença de *lipodistrofia localizada na hipoderme*.

Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

ATUAÇÃO DA LIGA ACADÊMICA DE HISTOLOGIA E EMBRIOLOGIA DA UFPE DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19


Anna Carolina Lopes de Lira
Ana Vitoria Ferreira dos Santos
Otaciana Otacilia de Arruda
Ana Carolina Ribeiro
Maria Luísa Figueira de Oliveira
Pedro Vinicius Silva Novis
Amanda Caroline Hupples Moller
Isabella Cunha de Carvalho
Marcos Aurélio Santos da Costa
Fernanda das Chagas Angelo Mendes Tenorio
Bruno Mendes Tenório

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8002227051>

CAPÍTULO 2..... 15

TROCA DE SABERES ATRAVÉS DA ATIVIDADE DE EXTENSÃO “VISITAS AO LABORATÓRIO DE ANATOMIA HUMANA”


Mikael Gerson Kuhn
Leticia Massochim da Silva
Angelica Soares
Aline Barbosa Macedo
Célia Cristina Leme Beu
Lígia Aline Centenaro
Lucinéia de Fátima Chasko Ribeiro
Marcia Miranda Torrejais

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8002227052>

CAPÍTULO 3..... 21

AS ATIVIDADES EXTENSIONISTAS NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO PARANÁ E OS DESDOBRAMENTOS DO PROGRAMA UNIVERSIDADE SEM FRONTEIRAS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE

Karina Worm Beckmann
Ronaldo Ferreira Maganhotto





 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8002227053>

CAPÍTULO 4..... 35

ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS NA CAPTURA, CONSTRUÇÃO E COMPARTILHAMENTO DO CONHECIMENTO EM PROJETOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Maria Ligia Ganacim Granado Rodrigues Elias
Viviane Sartori
Iara Carnevale de Almeida

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.8002227054>

CAPÍTULO 5.....	47
CALIDAD DE ENSEÑANZA VIRTUAL DE LOS DOCENTES DE LA UNIVERSIDAD NACIONAL DE JULIACA	
José Oscar Huanca Frias	
Rene Eduardo Huanca Frías	
José Luis Morales Rocha	
Enrique Gualberto Parillo Sosa	
Ferreyros Calisaya Ledu Anali	
Solime Olga Carrión Fredes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8002227055	
CAPÍTULO 6.....	59
DESAFIOS NO ACESSO AS POLITICAS PÚBLICAS POR MIGRANTES E REFUGIADOS	
Luiza Bittencourt Krainski	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8002227056	
CAPÍTULO 7.....	70
SENTIDOS E HERANÇAS NA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	
Anderson da Silva Santos	
Cristiana de Cerqueira Silva Santana	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8002227057	
CAPÍTULO 8.....	81
ATUAÇÃO DA CAFEÍNA NOS ADIPÓCITOS POR VIA TÓPICA NA LIPODISTROFIA LOCALIZADA	
Anna Laura Mazza Betetto Scansani	
Barbara de Lima da Costa Moura	
Márcia Fernandes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.8002227058	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	93
ÍNDICE REMISSIVO.....	94

DESAFIOS NO ACESSO AS POLÍTICAS PÚBLICAS POR MIGRANTES E REFUGIADOS

Data de aceite: 02/05/2022

Data de submissão: 13/04/2022

Luiza Bittencourt Krainski

Universidade Estadual de Ponta Grossa
Departamento de Serviço Social
<https://orcid.org/0000-0001-7461-0432>

RESUMO: O presente artigo procura refletir sobre os processos migratórios dentro do reordenamento global e as dificuldades enfrentadas pelos migrantes no acesso as políticas públicas. Há avanços nos marcos regulatórios em relação a migração, entretanto há limites na efetivação das políticas públicas, com dificuldades no acessos pelos migrantes aos serviços disponibilizados. Essa realidade se expressa tanto a nível nacional como nos municípios que acolhem os migrantes, ficando muitas vezes, o atendimento de regularização, acolhida e socioassistencial sob a responsabilidade das instituições da sociedade civil. O estudo se utiliza da abordagem da pesquisa quantitativa tendo a pesquisa bibliográfica e documental como apoio aos estudos. As dificuldades enfrentadas pelos migrantes tanto no ingresso como na sua permanência no país são muitas, desde o domínio do idioma, o acesso à documentação básica e ao emprego, constituindo-se em obstáculos na melhoria de vida dessas pessoas. O trabalho contempla as contribuições do projeto Internacionalização, Cidadania e Direitos Humanos - InterMig junto a população migrante

e refugiada que moram ou transitam pela cidade de Ponta Grossa/Pr., a rede socioassistencial do Município e com adolescentes participantes de programas de contra turno escolar da cidade. A sistematização das ações evidencia a necessidade de considerar os aspectos culturais dos migrantes e que o preconceito e a xenofobia ainda imperam em nossa sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Migração, Políticas Públicas, Cidadania.

CHALLENGES IN ACCESS TO PUBLIC POLICIES BY MIGRANTS AND REFUGEES

ABSTRACT: This article seeks to reflect on the migratory processes within the global reordering and the difficulties faced by migrants in accessing public policies. There are advances in the regulatory frameworks in relation to migration, however there are limits in the implementation of public policies, with difficulties in the access by migrants to the services available. This reality is expressed both at the national level and in the municipalities that welcome migrants, often leaving the regularization, reception and social assistance services under the responsibility of civil society institutions. The study uses the approach of quantitative research having the bibliographic and documentary research as support for the studies. The difficulties faced by migrants both in entering and staying in the country are many, from mastering the language, access to basic documentation and employment, constituting obstacles to improving these people's lives. The work contemplates the contributions of the project Internationalization, Citizenship and

Human Rights - InterMig with the migrant and refugee population who live or transit through the city of Ponta Grossa/Pr. The systematization of actions highlights the need to consider the cultural aspects of migrants and that prejudice and xenophobia still prevail in our society.

KEYWORDS: Migration, Public Policies, Citizenship.

INTRODUÇÃO

O fenômeno das migrações não é recente e acompanha desde o início a história da humanidade. Nas últimas duas décadas veio adquirindo novos delineamentos intensificados pela própria característica do reordenamento global, seja na condição de países emissores como de receptores. No bojo de uma sociedade marcada pela globalização na qual o fator econômico é determinante nas relações sociais sendo também elemento propulsor do mercado de trabalho, as migrações são afetadas de diversas formas. Como fenômeno multifacetado e transnacional, Marinucci (2007) destaca que a globalização interfere diretamente nos contextos socioeconômico, político e cultural dos Estados.

As migrações internacionais se inserem nesse quadro marcado por desigualdades socioeconômicas e contrastes sociais que evocam a necessidade de uma distribuição de renda mais equitativa e um mundo menos desigual. Embora a centralidade esteja na questão econômica, Lanza, Faquim, Ribeiro (2018) ressaltam que, múltiplos fatores influenciam nesse processo como as facilidades legais, políticas implementadas pelo países, mercado de trabalho, redes de suporte e acolhimento. Esses elementos, embora interconectados, podem se constituir em agentes propulsores de deslocamentos contribuindo tanto de expulsão de pessoas como na atenção. “Para poder idealizar políticas eficazes de migração, nessa visão, é importante entender o deslocamento espacial como parte das estratégias de sobrevivência e de mobilidade social da população” (MARTINE, 2005, p. 04).

No entanto, é no contexto do capitalismo que apresenta características particulares. Os fluxos migratórios nos dias atuais são bastante heterogêneos, ocorrendo de forma geral, no sentido Sul-Sul, ou seja, dos países periféricos a periferia, os quais possuem políticas menos restritivas ao seu ingresso. Outra característica que se faz presente é a noção de provisoriedade e passagem características presente nesses fluxos, tendo em vista que a instalação de migrantes em um país não significa necessariamente longa permanência.

Em relação as leis brasileiras, verifica-se que há avanços nos marcos regulatórios em relação a migração, entretanto há limites na efetivação das políticas públicas, com dificuldades no acessos aos serviços disponibilizados. Os obstáculos enfrentados pelos migrantes tanto no ingresso como na permanência no país são muitos, desde o domínio do idioma, o acesso a documentação básica, conseguir um emprego constituindo-se em empecilhos na melhoria de vida dessas pessoas.

Na cidade de Ponta Grossa/Pr. essa realidade não difere nos elementos apontados em nível nacional, sendo sistematizadas algumas ações desenvolvidas pelo projeto de

extensão InterMig em parceria com as instituições de atendimento que compõe a rede de serviços socioassistenciais do Município.

PROCESSOS MIGRATÓRIOS E MARCO LEGAL

As migrações estão presentes em nossa sociedade, entretanto nas últimas décadas vem adquirindo novos contornos. Suas motivações podem ser de forma espontânea na qual há a livre iniciativa em migrar e buscar melhores condições de vida e de trabalho podendo ocorrer entre fronteiras ou internamente entre regiões ou cidades. Há também as migrações sazonais nas quais se repete com periodicidade anual, ou seja, são pessoas que se deslocam por períodos em busca de trabalho. Martine (2005) destaca que são múltiplas as razões que podem ocasionar os movimentos populacionais entre territórios e a esse conjunto de situações vividas dá-se o nome de percurso migratório.

A migração forçada é derivada de conflitos internos estando atrelada a fatores externos ao indivíduo podendo ocorrer contra a sua vontade, por razões que ultrapassam a vontade individual. Fatos históricos presentes no século XX como as Grandes Guerras Mundiais, contribuíram na institucionalização do conceito de refugiado no âmbito internacional consolidado através de um Estatuto próprio. Inicialmente limitava-se a proteção dos refugiados europeus, sendo que em 1967 removeram-se os limites geográficos e temporais.

A Convenção de 1951 deu início ao Direito Internacional moderno, estabelecendo como refugiado no seu art. 1º toda pessoas que:

[...] temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele. (ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS, 1951).

Com o surgimento de novas situações de refúgio houve a necessidade de ampliar as aplicações, sendo elaborado um protocolo relativo ao Estatuto dos Refugiados, entrando em vigor no ano de 1967.

A ACNUR enquanto agência das Nações Unidas, preocupa-se com a proteção as pessoas refugiadas, deslocadas e apátridas em caráter mundial, sendo responsável pela condução das diretrizes mais gerais a serem aplicadas pelas demais instituições e países. O caráter de refugiado refere-se as pessoas que tem suas necessidades negligenciadas, submetidos à situações de risco, sendo obrigadas a abandonar seu lugar de pertencimento para salvar suas vidas ou preservar sua liberdade, diferente do imigrante que se desloca em busca de melhores condições de vida.

O Brasil aderiu em 1960 à Convenção de 1951 e ao Estatuto dos Refugiados de

1967. Adotou também a definição estabelecida na Declaração de Cartagena em 1984 reconhecendo o refúgio como uma grave e generalizada violação dos direitos humanos, comprometendo-se no acolhimento e mecanismos para a implementação de políticas de atenção. O Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), regulamentado pela Lei Federal nº 9747/1997 é o órgão vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública responsável pela implementação dos procedimentos para o reconhecimento da condição de refugiado. Não se enquadrando nas condições de perseguição previstas em lei, o solicitante poderá solicitar junto a Polícia Federal no município mais próximo de seu domicílio o visto de permanência.

A Nova Lei de Migração, em vigor desde 2017, contribui com uma visão contemporânea e compatível com o intenso fluxo migratório em marcha no mundo facilitando a regularização de estrangeiros, substituindo o Estatuto do Estrangeiro promulgado no ano de 1980. Dentre os avanços a atual legislação traz o visto humanitário atendendo demandas específicas como os apátridas e daqueles que chegam ao Brasil em razão, por exemplo, de situações de desastres ambientais, conflitos armados e violação dos direitos humanos.

Oliveira (2017, p.174) destaca como avanço significativo a “mudança de enfoque desse novo marco legal das migrações, agora com ênfase na garantia dos direitos das pessoas migrantes, tanto dos estrangeiros que por aqui aportam quanto para os brasileiros que vivem no exterior”. A referida Lei possibilita respostas mais ágeis à situações de crise, como a publicação de portarias disciplinando o ingresso de determinada nacionalidade, como foi o caso dos haitianos após o terremoto que assolou o país, dos venezuelanos após a crise política que se instalou no país e de forma mais presente atualmente os ucranianos com a guerra instalada pela Rússia.

A política migratória brasileira rege-se pelos princípios da universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos, o repúdio a xenofobia, ao racismo, a discriminação e a não criminalização das migrações. Prevê a acolhida humanitária, acesso igualitário aos nacionais aos serviços públicos, programas, benefícios sociais e demais políticas que contribuam na participação cidadã do migrante. (BRASIL, 2017).

É inegável que a nova Lei traz avanços fundamentais na garantia de direitos e na proteção da pessoa migrante, expressos em vários dos dispositivos, sendo necessário repensar ações de acesso as políticas que ocorram de fato, tornando-se sujeitos de direitos universais tal como preconiza as leis.

POLÍTICAS PÚBLICAS E REDE DE PROTEÇÃO A MIGRANTES E REFUGIADOS: APROXIMAÇÕES A REALIDADE DE PONTA GROSSA/PR

As políticas migratórias referem-se não somente as condições de entrada e permanência no país, mas devem também contemplar o acesso dessa população às políticas públicas e a rede de atendimento que atendam suas necessidades específicas, seja através de serviços ofertados pelo Estado ou pelas instituições da sociedade civil.

“Respostas de políticas públicas aos desafios das migrações e do refúgio devem ser: interdisciplinares, integradas, contextualizadas, capazes de reconhecer e assumir a complexidade que o tema requer, sem simplismos” (LUSSI, 2015, p. 142).

Dados disponibilizados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública apontam um acréscimo de 24,4% de novos migrantes registrados, comparando-se esses números a dez anos atrás. Atualmente são aproximadamente 1,3 milhão de imigrantes que residem no Brasil, liderados por venezuelanos e haitianos (SISMIGRA, 2020), entretanto, nesta última década houve mudanças nas correntes migratórias que se dirigiram ao Brasil.

Os dados revelam que essas alterações estão marcadas não apenas pelo incremento no volume de imigrantes e solicitantes do reconhecimento da condição de refugiado, mas também por uma diversidade de origens, com predominância do Hemisfério Sul, e pela desconcentração na distribuição espacial pelo território nacional. (SILVA et all, 2021, 0.54)

Em relação aos refugiados, os registros apontam o reconhecimento de 53.835 pessoas de diferentes nacionalidades que vivem legalmente no país, passando de 1,4 mil solicitantes em 2011 para 28.899 mil em 2020 (SILVA et all, 2021, p.42). Dentre as principais nacionalidades estão provenientes da Venezuela, Síria, República Democrática do Congo, Líbano, seguidos das demais nacionalidades apontadas no relatório, correspondendo a proporção de 50,3% homens e 44,3% mulheres, entretanto há variações nos percentuais de distribuição por sexo conforme as nacionalidades. Em relação a faixa etária, a maioria está entre 25 e 39 anos de idade, seguido do grupo de 15 a 24 anos de idade e na sequência o grupo de menores desta faixa de idade. “Estes três grupos de idade concentraram 84,7% do total de pessoas que solicitaram refúgio, em 2020, o que caracteriza um perfil majoritariamente jovem dessa população”. (SILVA et all, 2021, p.13). O relatório aponta que o Brasil recebeu um total de 265.729 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado na série histórica de 2011 a 2020, sendo que destas solicitações, 57,6% eram provenientes da Venezuela, 14,6% do Haiti, 4,3% de Cuba, seguido dos demais países. (SILVA et all, 2021, p. 37).

O Estado do Paraná e a cidade de Ponta Grossa não fogem dessa realidade, estando a região sul do país em segundo lugar a receber migrantes entre os anos de 2010 a 2019, representando 22% do total. Nesse mesmo período, o estado do Paraná acolheu 48.826 (SILVA et all, 2021, p. 40), sendo nos últimos anos muito procurado pelos venezuelanos, através das estratégias de interiorização coordenadas pelo governo federal em conjunto com a ONU e entidades da sociedade civil.

O relatório disponibilizado pelo Observatório das Migrações Internacionais (SILVA et all, 2021, p.15) destaca que a região sul “em 2020, era responsável por empregar praticamente a metade de todos os trabalhadores imigrantes no país”. A procura refere-se à oferta de empregos formais, ocupando postos em atividades como as de abate de animais para exportação em frigoríficos, seguido por vagas em setores da agricultura.

As rotas migratórias não podem ser justificadas somente pelas relações econômicas, contribuindo também as facilidades legais, o idioma para algumas nacionalidades e as redes de apoio que dão suporte e acolhimento aos migrantes. (LANZA, FAQUIN, RIBEIRO, 2018). As autoras destacam ainda “a noção de provisoriedade e de passagem” que caracteriza esses fluxos migratórios, não significando necessariamente longa permanência.

Os municípios de médio porte acabam acolhendo e absorvendo parcela significativa desses migrantes, sendo necessário a articulação de ações e políticas públicas que contemplem as necessidades particulares desta população. “Não se trata de oferecer serviços diferenciados ou exclusivos para o migrante mas de assegurar o acesso deste público a rede socioassistencial já estabelecida”. (BRASIL, 2016). Nesse sentido, faz-se necessário a adoção de estratégias no acolhimento e na articulação da rede de serviços socioassistenciais envolvendo instituições governamentais e não governamentais.

O atendimento aos migrantes deve visar a integralidade da proteção social, através de um conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais articulado com as demais políticas e órgãos setoriais. (BRASIL, 2016, p.17).

A gestão das políticas públicas requer a emergência de novos temas e públicos, que levem em consideração no atendimento, a atenção as minorias e públicos vulneráveis. Questões estruturantes, como desigualdades de gênero, migrações e raça na sociedade brasileira, somente recentemente foram incorporadas na agenda governamental (SILVA, 2011), fruto de muitos embates e pressão de movimentos sociais.

A partir dessas referências, compreende-se então transversalidade como um instrumento de intervenção social que visa incorporar à gestão aspectos selecionados da realidade que são determinantes para atendimento a um problema ou situação específica e que necessitam de abordagem multidimensional e integrada para enfrentamento eficaz, atravessando vários campos de análise e atuação e ressignificando suas respectivas atividades. (SILVA, 2011, p.05).

Oficializou-se inicialmente o Comitê Estadual para Refugiados e Migrantes em 2012 e o Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (CERMA) no Paraná, em 2015, com o objetivo de assegurar direitos por meio de ações/ planos na esfera nacional e estadual. Vinculado à Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho – SEJUF, sua finalidade é viabilizar e fiscalizar as políticas públicas visando a garantia da promoção e proteção dos direitos desse público.

Apesar de todos esses instrumentos de proteção ainda são muitas as violações de direitos a migrantes e refugiados. O Centro de Informação para Migrantes, Refugiados e Apátridas (CEIM), órgão do estado também vinculado à SEJUF, contabilizou o atendimento 13.538 do ano de 2019 ao início de 2021 sendo que parte desse período o país foi assolado pela pandemia Covid-19.

Durante a pandemia de COVID-19 os empregos para os imigrantes não somente resistiram a crise, bem como apresentaram uma variação positiva.

Constatou-se um aumento de cerca de 23% entre os anos de 2019 e 2020. Esse fato pode ser explicado pelas particularidades dos nichos laborais, principalmente o final da cadeia produtiva do agronegócio, na empregabilidade dos imigrantes. Com um perfil eminentemente exportador, esse nicho de produção é mais resistente às crises econômicas devido a sua consolidada participação no mercado global. (SILVA et all, 2021, p.15)

Outra organização que presta serviços socioassistenciais a migrantes e refugiados é a Caritas Brasileira presente em várias cidades do Paraná e do país. Os atendimentos são voltados a regularização migratória, encaminhamentos a rede de serviços dos municípios, cursos profissionalizantes e encaminhamento ao mercado de trabalho. Na cidade de Ponta Grossa, entre os anos de 2020 e 2021 foram atendidos pela instituição, aproximadamente 2.200 migrantes e refugiados, sendo a maioria provenientes da Venezuela e do Haiti, seguidos de migrantes da Colômbia e da Síria. (BARBOSA, 2021).

O Projeto Novos Rumos desenvolvido pela entidade através de uma plataforma *on line* visa a inserção de migrantes e refugiados no mercado de trabalho da cidade e região. Com base nas informações fornecidas pela instituição, cerca de 714 cadastros foram realizados de janeiro até a última semana de novembro de 2021 no projeto. (BARBOSA, 2021).

O Projeto Internacionalização, Cidadania e Direitos Humanos – InterMig desenvolvido pela UEPG iniciou suas atividades voltadas ao acolhimento dos alunos internacionais que vinham estudar na universidade na graduação como na pós-graduação. Essas atividades foram aproximando a equipe do projeto de uma realidade que os próprios alunos traziam para que pudéssemos encaminhar: migrações e refúgio. Em relação a questão migratória o projeto procura identificar as instituições de atendimento aos migrantes como igrejas, centros de atendimento, ONGs e órgãos públicos municipais e federais e, estabelecer parceria com os referidos órgãos. O conhecimento e a parceria com setores da comunidade interna e externa é importante com vistas a criação de uma rede que contribua no processo de inserção social do migrante internacional e familiares.

O aumento significativo de migrantes na cidade se expressa no levantamento realizado em 2021 pela Fundação Municipal de Assistência Social (FASPG), Caritas Diocesana e UEPG o qual apontou a existência de 132 famílias cadastradas e que residem na cidade, apresentando muitas delas, situações de vulnerabilidade social, risco e violação de direitos. O trabalho conjunto com a Cáritas Diocesana de Ponta Grossa é fundamental, sendo uma instituição protagonista no atendimento aos migrantes e refugiados tanto na acolhida como no encaminhamento a documentação necessária.

O mapeamento da rede de proteção e atendimento a migrantes e refugiados na cidade, sendo disponibilizado através de folder informativo os principais serviços na área da seguridade social, contemplado a assistência social, saúde e previdência. As redes demandam “articulações e solidariedade, definição de objetivos comuns e redução de atritos e conflitos, horizontalizam a articulação de demandas e se servem das modernas

tecnologias de informação para disseminar seus posicionamentos (JACOBI, 2000, p.134).

Nesta perspectiva, o projeto procura trabalhar com a rede de serviços governamental e da sociedade civil do Município nos encaminhamentos e na sua articulação. Parte-se do princípio de que os mesmos direitos socioassistenciais e as mesmas seguranças sociais afiançadas pelas políticas públicas para os brasileiros, devem estar garantidos para migrantes e refugiados, em todos os níveis de proteção, conforme as demandas apresentadas. (BRASIL, 2016).

Jacobi (2000) destaca a utilização das modernas tecnologias de informação, neste sentido o projeto vem se utilizando das redes sociais Instagram e Facebook na divulgação de serviços e ações em prol dos migrantes. O material disponibilizado através das redes sociais têm por objetivo apresentar termos e conceitos sobre processos migratórios e alertar para a xenofobia, preconceito contra a população migrantes. Nos últimos anos, as rede social tem assumido maior relevância nos estudos das migrações contemporâneas, sendo que sua presença possibilita maior conhecimento das questões tanto pela comunidade acadêmica, por migrantes e comunidade em geral. O material é elaborado pela equipe e reproduzido de outros sites que compõe a rede sobre Migrações, sempre com temas que tragam uma reflexão sobre as questões atuais da migração. Também disponibiliza vídeos e filmes que retratam a questão migratória no mundo.

As oficinas de educação e cidadania são realizadas em escolas e instituições de contraturno escolar. Entende-se que a reflexão sobre os direitos humanos aliada a temas atuais como migrações não pode ser descolada de todo o processo educativo, em especial, com adolescentes. Dentre os objetivos visa trabalhar com adolescentes os direitos humanos, ressaltando a importância do respeito mútuo entre os seres humanos. A proposta contempla atividades que visam e incentivam a troca de experiências entre pessoas de todo mundo, de modo a envolver culturalmente os jovens de diferentes formações, culturas, religiões e interesses com o eixo único de se tornar agente de mudança positiva na sociedade contemporânea. Através dessa perspectiva, cumpre-se um dos princípios da extensão de proporcionar a interação entre universidade e comunidade, promovendo acesso à informação e diversidade cultural.

A participação na Campanha contra o Tráfico de Pessoas é fundamental para o esclarecimento e conhecimento da população dessa prática, muitas vezes velada em nossa sociedade. São disponibilizado material informativo e informações nas redes sociais, locais públicos e meios de comunicação alertando sobre a compra e venda de seres humanos.

A agenda comum de reuniões mensais com Rede de Acolhimento de migrantes na cidade tem sido um avanço no sentido de discutir e encaminhar ações que contribuam no estabelecimento de programas e serviços aos migrantes. O atendimento aos migrantes deve visar a integralidade da proteção social, através de um conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais articulado com as demais políticas e órgãos setoriais. (BRASIL, 2016, p.17).

Essa rotina conjunta das entidades de atendimento contribuiu na implantação do Comitê Municipal de Atendimento à População Migrante, Refugiada e Apátrida implantado em 2021 pelo Município, o qual possibilitará a construção conjunta de diretrizes para políticas públicas de atenção a esse público. Formado com representantes da Fundação Municipal de Assistência Social, das entidades da sociedade civil, da universidade, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Caritas Diocesana e população migrante com a finalidade de articular, propor e coordenar estratégias de atenção ao migrante e refugiado na rede de serviços, equipamentos e políticas públicas municipais.

É notória a dificuldade apresentada pelos serviços públicos no atendimento a migrantes e refugiados, seja pelas barreiras linguísticas, pelo desconhecimento da legislação brasileira, pela falta de apoio técnico especializado e outras dificuldades presentes nos instituições de atendimento. Apesar dos direitos dos migrantes já serem garantidos por lei federal e em outras instâncias, ainda é grande o desconhecimento e a falta de informação sobre o tema na sociedade brasileira. A elaboração de uma Cartilha Informativa para Migrantes e Refugiados sobre Direitos e como acessá-los é outro ponto positivo rumo a publicização dos direitos e serviços na área da regularização migratória, saúde, educação assistência social, moradia, trabalho, cultura e minorias. Dentre os obstáculos enfrentados, o não domínio da língua portuguesa reflete na dificuldade de comunicação, em especial, pela desinformação sobre direitos, no acesso aos serviços e programas, sendo que esse material pode contribuir com informações básicas para encaminhamentos necessários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho busca fornecer subsídios na implementação e efetivação de políticas públicas que de fato propiciem a melhoria das condições de vida da população migrante. O Estado vem avançando em leis específicas que trazem os direitos e deveres da população migrante e na regulamentação ao acesso as políticas públicas, entretanto, a oferta dos serviços e estruturas para atendimento destinados a essa população não vem acompanhando os mesmos passos, indicando um caminho ainda a ser percorrido no acesso e inclusão da população migrante.

Há um distanciamento entre as diretrizes nacionais e a oferta final de serviços. Neste sentido, faz-se necessário o fortalecimento do debate público e a preparação das equipes de gestão e execução das políticas para o atendimento ao imigrante e sua família, sendo estes, grandes desafios a serem tratados por todas as políticas setoriais em relação à questão migratória.

A sistematização das ações desenvolvidas pelo projeto InterMig mostra a amplitude que vem alcançando tanto no aspecto quantitativo quanto qualitativo das atividades. Buscam dar visibilidade a essa realidade, pautada muitas vezes, por atitudes preconceituosas e xonofóbicas, sem conhecimento da realidade enfrentada pelos migrantes e refugiados.

Dentre as principais dificuldades enfrentadas, o não domínio da língua é um dos empecilhos no acesso a informação, ao trabalho, a vida social. Dentre as principais nacionalidades atendidas na cidade de Ponta Grossa estão os migrantes Haitianos, Venezuelanos e Sírios. Essa dificuldade se expressou no dia do levantamento dos migrantes na cidade, sendo que muitas mulheres não entendiam todas as questões colocadas e não tinham conhecimento dos serviços ofertados pelo Município.

A continuidade das ações, dentre estas as oficinas, a divulgação através das redes sociais e o trabalho com a rede de acolhimento, tornam-se de fundamental importância, bem como, sua ampliação envolvendo culturalmente jovens/indivíduos de diferentes formações, culturas, religiões e interesses, com o eixo único de se tornar agente de mudança positiva na sociedade contemporânea. Os trabalhos e reuniões pautam-se pelos princípios da inclusão social, da interculturalidade, do respeito a diferença, configurando-se num processo dinâmico de comunicação e aprendizagem Nesta perspectiva de inclusão e capacitação que o projeto busca trabalhar, de acesso a língua, de troca de culturas, na tolerância e na capacitação ao mercado de trabalho.

A dificuldade no acesso aos direitos e serviços ofertados pelas instituições mostram a falta de articulação nos serviços e a necessidade de capacitação junto as instituições socioassistenciais sobre os processos migratórios e formas de acolhida e busca ativa desse público, na maioria das vezes, em vulnerabilidade social.

Por fim, a temática das migrações impõe-se pela sua abrangência global e o estudo possibilita um (re)pensar de ações, atitudes e estratégias de enfrentamentos que contribuam na visibilidade, no acesso de garantias fundamentais e a integração cultural com a comunidade.

REFERÊNCIAS

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS (ACNUR). Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, 1951. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugueses/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf

BARBOSA, Leryane. Entidade oferece suporte aos migrantes e refugiados em PG. Site Elos em Movimento. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Disponível em: <https://elos.sites.uepg.br/destaques/entidade-oferece-suporte-aos-migrantes-e-refugiados-em-pg/>

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **O papel da assistência social no atendimento aos migrantes e refugiados**. Brasília, maio. 2016. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Guia/guia_migrantes.pdf

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Diário Oficial da União. Brasília (DF), 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/13445.htm

FAQUIN, Evelyn, LANZA, Liria. **Imigrantes e seus “Acessos” às Políticas de Seguridade Social:** reflexões acerca da Região Metropolitana de Londrina/PR. Rev. O Social em Questão, nº 41, Mai a Ago. 2018. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_41_art_6_Faquin_Lanza.pdf

FLEURY, S. **Redes de políticas:** novos desafios para a gestão pública. Administração em Diálogo. São Paulo, nº 7, 2005.

JACOBI, Pedro. **Meio ambiente e redes sociais:** dimensões intersetoriais e complexidade na articulação de práticas coletivas. Rev. Administração Pública. Rio de Janeiro: FGV, v. 34, nº 6, nov/dez, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/kJbkFbyJtmCrFTmfHxktgnt/?format=pdf&lang=pt>

LANZA, Liria; FAQUIN, Evelyn; RIBEIRO, Paula. **Imigrantes nos territórios:** problematizações sobre intervenções profissionais nas políticas de seguridade social. Revista Katalyses. Florianópolis, v.21, n.2. mai/ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/ntjsYG39ZgH7kXwwwZCmPLB/?format=pdf&lang=pt>

LUCCI, Carmem. **Políticas públicas e desigualdades na migração e refúgio.** Rev. Psicologia USP, 26, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/102377>.

MARINUCCI, Roberto. **Breve panorama das migrações internacionais entre 1980 e 2005** - Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios. Disponível em: https://www.csem.org.br/wp-content/uploads/2018/08/roberto_marinucci_migracoes_contemporaneas_de_1980_a_2005.pdf

MARTINE, George. **A globalização inacabada:** migrações internacionais e pobreza século no 21. In São Paulo em Perspectiva. v.19 n3, jul.- set. 2005.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu R. de. **Nova Lei Brasileira de Migração:** avanços, desafios e ameaças. Revista Brasileira Estudos Populacionais, Belo Horizonte, v.34, n.1, p.171-179, jan./abr. 2017. Disponível em <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0010>.

SILVA, G. J; CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; MACEDO, M. **Refúgio em Números**, Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Comitê Nacional para os Refugiados. Brasília, DF: OBMigra, 6ª ed., 2021. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros>

SISMIGRA, Sistema de Registro Nacional Migratório. Polícia Federal. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401205-sismigra>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ações extensionistas 12, 16, 24, 33
Anatomia 15, 16, 17, 18, 19, 20, 92
Aprendizaje de los estudiantes 49
Arqueologia 70, 71, 72, 74, 75, 77, 79, 80
Atividades teórico-práticas 15

C

Cafeína 81, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92
Capitalismo 60
Ciência multidisciplinar 71
Comunidade 2, 3, 5, 8, 9, 10, 11, 16, 17, 19, 22, 23, 24, 25, 27, 29, 33, 36, 38, 39, 40, 42, 43, 46, 65, 66, 68, 71, 76
Covid-19 1, 2, 3, 5, 8, 9, 10, 13, 14, 57, 64, 79
Cultura 23, 26, 32, 67, 71, 76
Cultura material 71

D

Desenvolvimento 3, 5, 6, 7, 8, 11, 12, 17, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 43, 44, 68, 71, 72, 77, 80, 92
Desenvolvimento comunitário 21, 23, 33

E

Educação patrimonial 70, 71, 72, 80
Ensino 2, 3, 4, 5, 6, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 30, 32, 34, 35, 36, 70, 72, 74, 75, 76, 78, 79
Ensino remoto 4, 13, 14
Ensino superior 4, 8, 10, 13, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 34
Entrevista 35, 36, 37, 38, 39, 44, 45, 46
Extensão 2, 3, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 43, 44, 45, 46, 61, 66, 85, 93

F

Fluxos migratórios 60, 64

G

Globalização 10, 40, 60, 69

Governança 23

H

Homeostase metabólica 83

J

Juventude 27, 31, 32, 36, 45

L

Ligas acadêmicas 1, 2, 3, 4, 5, 10, 11, 12, 13, 14

Lipodistrofia localizada 81, 82, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 92

M

Migração 59, 60, 61, 62, 66, 68, 69

Migração forçada 61

Migrações internacionais 60, 63, 69

Módulo remoto 4

O

Oficinas temáticas 36

P

Paleontologia 70, 71, 72, 74, 75, 76, 78, 80

Pesquisa 2, 3, 5, 6, 7, 8, 10, 12, 13, 14, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 32, 35, 36, 37, 38, 39, 44, 45, 46, 59, 70, 72, 80, 81, 84, 86, 87, 91

Plataformas digitais 3

Política migratória 62

Políticas públicas 22, 25, 26, 32, 59, 60, 62, 63, 64, 66, 67, 69

Projeto de extensão 2, 16, 17, 18, 19, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 43, 44, 45, 60, 93

R

Realidade social 22

Refugiados 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69

Reordenamento global 59, 60

S





Sars-CoV-2 3, 4

Sociedade 3, 7, 10, 13, 14, 16, 18, 20, 22, 25, 26, 27, 33, 34, 36, 40, 42, 44, 46, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 71, 72, 77

U

Universidade 1, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 42, 43, 44, 46, 59, 65, 66, 67, 68, 70, 72, 93



-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br





Extensão universitária e produção do conhecimento:

Experiências e aprendizados compartilhados



Atena
Editora
Ano 2022



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Extensão universitária e produção do conhecimento:

Experiências e aprendizados compartilhados




Ano 2022